

RA-062-2021

**Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de
Araraquara**

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
e o Relatório dos Auditores Independentes**

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
Araraquara SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 5 de agosto de 2020 sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

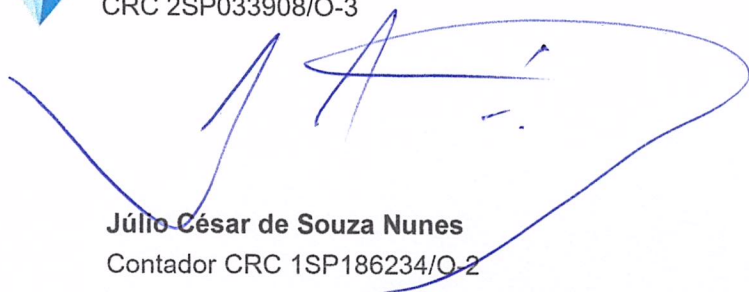
- (i) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (ii) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- (iii) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- (iv) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- (v) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 5 de março de 2021.



Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3



Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.783.127	3.754.117	Empréstimos e financiamentos	11	2.350.137	4.479.159
Recursos de subvenções	7	6.359.567	5.475.505	Fornecedores e prestadores de serviço	12	13.362.470	13.933.526
Contas a receber	8	12.665.577	17.943.405	Passivo de arrendamento		57.479	263.411
Estoques	9	2.623.547	1.441.480	Obrigações sociais e trabalhistas	13	5.248.193	4.672.743
Outros créditos		867.215	508.842	Obrigações tributárias	14	1.007.833	802.413
Total do ativo circulante		25.299.033	29.123.349	Subvenções a realizar	15	6.534.565	5.888.917
				Outras obrigações	16	3.831.977	2.820.162
				Total do passivo circulante		32.372.552	32.860.331
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais	17	716.782	607.427	Empréstimos e financiamentos	11	26.350.675	21.753.911
Contas a receber	8	7.640.746	8.162.355	Fornecedores e prestadores de serviço	12	912.186	1.238.162
Outros créditos		-	25.900	Obrigações tributárias	14	1.145.859	1.385.405
		8.357.528	8.795.682	Passivo de arrendamento		-	57.479
Investimentos		27.128	27.128	Provisão para contingências	17	3.482.880	3.357.434
Imobilizado							
Custo	10	83.875.770	81.015.981	Total do passivo não circulante		31.891.600	27.792.391
Depreciação acumulada	10	(14.216.854)	(12.430.619)	Patrimônio líquido	19		
Intangível		247.649	344.294	Patrimônio social		9.858.508	13.170.955
Direito de uso		55.605	315.257	Ajuste de avaliação patrimonial		36.679.840	37.733.467
Total do ativo não circulante		78.346.826	78.067.723	Déficit do exercício		(7.156.641)	(4.366.072)
				Total do patrimônio líquido		39.381.707	46.538.350
Total do ativo		103.645.859	107.191.072	Total do passivo e patrimônio líquido		103.645.859	107.191.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2020	2019
Receitas			
Receitas com subvenções para custeio		21.932.684	15.711.081
Receitas de convênios e de assistência ao Sistema Único de Saúde - SUS		44.969.515	45.676.576
Receitas de convênios e particulares		8.976.998	17.853.082
Receitas com doações diversas		7.053.630	2.045.910
Outras receitas		3.199.499	4.298.004
Receita com trabalhos voluntários		653.192	603.840
		86.785.518	86.188.493
Custos e despesas operacionais			
Serviços médicos		(24.912.429)	(27.672.190)
Medicamentos e materiais		(19.934.639)	(17.918.600)
Pessoal e encargos	20	(34.392.572)	(31.770.085)
Depreciação e amortização		(2.148.117)	(2.115.066)
Trabalhos voluntários		(653.192)	(603.840)
Provisão (reversão) de contingências		(508.419)	12.886
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	21	(8.531.936)	(7.857.578)
		(91.081.304)	(87.924.473)
Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido		(4.295.786)	(1.735.980)
Receitas financeiras		680.707	3.213.459
Despesas financeiras		(3.541.562)	(5.843.551)
Resultado financeiro líquido	22	(2.860.855)	(2.630.092)
Benefício fiscal usufruído	24	9.748.824	9.248.618
(-) Benefício fiscal usufruído	24	(9.748.824)	(9.248.618)
Déficit do exercício		(7.156.641)	(4.366.072)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em de reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)	Déficit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	6.832.707	38.787.923	5.283.790	50.904.420
Incorporação do superávit no patrimônio social	5.283.790	-	(5.283.790)	-
Realização do AAP	1.054.458	(1.054.458)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(4.366.072)	(4.366.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.170.955	37.733.465	(4.366.072)	46.538.348
Incorporação do déficit no patrimônio social	(4.366.072)	-	4.366.072	-
Realização do AAP	1.053.625	(1.053.625)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(7.156.641)	(7.156.641)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.858.508	36.679.840	(7.156.641)	39.381.707

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(7.156.641)	(4.366.072)
Ajustes por:		
Depreciações do ativo imobilizado	1.791.820	1.655.089
Amortização do intangível	96.645	105.553
Amortização dos direitos de uso	259.652	354.424
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	382.972	833.058
Juros provisionados e não pagos	152.086	95.308
Valor residual da baixa de ativo imobilizado e intangível	(2.817)	57.476
Provisão (reversão) de contingências	125.446	(2.428.620)
(Aumento) redução nos ativos:		
Recursos de subvenções	(884.062)	(3.638.238)
Contas a receber	5.416.465	(443.263)
Estoques	(1.182.067)	427.166
Outros créditos	(352.575)	284.779
Depósitos judiciais	(109.355)	154.938
(Redução) aumento nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviço	(897.032)	(1.492.140)
Obrigações sociais e trabalhistas	575.450	651.310
Obrigações tributárias	(34.126)	(625.256)
Subvenções a realizar	645.648	3.936.185
Outras obrigações	1.011.815	(1.841.334)
Caixa líquido das atividades operacionais	(160.676)	(6.279.637)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(2.862.557)	(2.923.790)
Aquisições de investimentos	-	(27.128)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.862.557)	(2.950.918)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	4.000.000	33.632.506
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.684.346)	(20.319.065)
Pagamento de arrendamentos	(263.411)	(368.881)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	2.052.243	12.944.560
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(970.990)	3.714.005
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.754.117	40.112
No fim do exercício	2.783.127	3.754.117
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(970.990)	3.714.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

1 Contexto operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara ("Entidade") é uma associação civil beneficente, de finalidade não lucrativa, declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 4.391 de 21 de novembro de 1957 pela Lei Municipal nº 797 de 4/4/1960 e pelo Decreto Federal nº 65.084 de 29/8/1969, com sede na cidade de Araraquara - SP, Avenida José Bonifácio, 794, fundada em 25 de fevereiro de 1902, com prazo de duração indeterminado.

Seu objetivo principal é a prestação de serviços na área de assistência médica e hospitalar; podendo criar ou instituir outros, quando possível, onde serão admitidos interna e externamente para tratamento, pessoas de qualquer condição social, com ou sem recursos, respeitados os princípios cristãos, beneficentes e humanitários, na acepção legal do termo, sendo sempre observado, quanto ao seu tratamento, à capacidade operacional disponível, na forma da legislação em vigor.

Em 15 de setembro de 2020 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 861 de 9 de setembro de 2020 que deferiu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) pelo período de 23 de novembro de 2020 a 22 de novembro de 2023, conforme nota explicativa 25.

Essas demonstrações financeiras contemplam a posição patrimonial e financeira da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, inscrita no CNPJ. Nº 43.964.931/0001-12.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 5 de março de 2021. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2020 e de 2019, a Entidade não realizou operações para apresentação da demonstração do resultado abrangente. Dessa forma, não está apresentando a demonstração do resultado abrangente para os exercícios de 2020 e de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Caixa e equivalentes de caixa; ii) Recursos de subvenções; iii) Contas a receber; e iv) Outros créditos.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde; i) Empréstimos e financiamentos a pagar; ii) Fornecedores e prestadores de serviço a pagar; e iii) Outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Operadora tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

3.3 Recursos de subvenções

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares.

De acordo com os contratos de convênio, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

3.4 Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios

3.6 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Descrição	Vida útil estimada em anos
Edifícios	40
Instalações	14
Móveis e utensílios	7
Máquinas, equipamentos e instrumentais	8
Equipamentos de informática	4
Bens de pequeno valor	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

3.7 Intangível

Representado por gastos com softwares adquiridos separadamente, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

3.8 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

3.10 Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviço são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido nas sobras ou perdas do exercício, como dispêndios/ despesas operacionais.

3.12 Outros ativo e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

3.13.1 Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.13.2 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.13.3 Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.14 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

(i) Subvenção para custeio

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

(ii) Subvenção para investimento

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens

adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

3.15 Apuração do resultado contábil

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

3.16 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício

3.17 Receita com doações

As receitas de doações são registradas no resultado do exercício quando do recebimento. Os recursos recebidos como doação podem ser em espécie, bem como também em produtos, como por exemplo materiais e medicamentos. São registrados nos Estoques pelo valor da nota de doação

3.18 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.19 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente no patrimônio líquido.

3.20 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Estimativa e julgamento contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais os respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa "impairment"

Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, conforme nota explicativa 8.

b) Vida útil estimada do ativo imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado conforme nota explicativa 10.

c) Provisão para contingências

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 17.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Entidade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos de taxas de juros, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são: risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade que é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos oriundos do uso de instrumentos financeiros:

5.1.1 Risco de crédito

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, principalmente os recebíveis de convênios.

A Entidade não exige garantias com relação às contas a receber de convênios e outros créditos. Os valores contábeis financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis está representada a seguir:

Descrição	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.783.127	3.754.117
Recursos de subvenções	7	6.359.567	5.475.505
Contas a receber	8	20.306.323	26.105.760
Outros créditos		887.317	534.742
		30.316.232	35.870.124

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito, sendo a carteira pulverizada. Os valores a receber de SUS estão baseados em acordos de valores e limites. Conforme

mencionado na nota explicativa 8, a Entidade possuía em 2020 provisão para perdas esperadas, no montante de R\$ 1.873.495 representativos de 8% do saldo de contas a receber e em 2019, R\$ 1.490.523 representativos de 5%.

5.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa.

As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e prestadores de serviços médicos.

Face as dificuldades de fluxo de caixa da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde.

Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 0,86 e 0,73 (0,89 e 0,63 em 2019), respectivamente, indicando a falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

A Entidade realiza o monitoramento do seu fluxo de caixa e busca otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Face a desafiadora e complexa situação financeira da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde. Com isso, certas obrigações têm tido seus prazos de pagamentos postergados. Além disso, a Entidade está num intenso processo de renegociação com seus principais devedores no sentido de adequar seus fluxos e prazos de pagamentos as suas expectativas de geração de caixa, sem prejuízo da continuidade das operações e imagem da Entidade.

5.1.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como a possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço; essas oscilações podem provocar alterações nas receitas e custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com a convenção coletiva da categoria.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

5.1.4 Risco de taxas de juros

A Entidade não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados. As operações bancárias (financiamentos) estão indexadas a taxas fixas que oscilam 0,84% a 0,95% a.m.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	3.957	8.141
Bancos conta movimento – Livres	12.403	4.873
Aplicações financeiras	2.761.452	3.732.190
Cartões de crédito	5.315	8.913
	2.783.127	3.754.117

As aplicações financeiras de curto prazo são em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com rendimento de 94,25% a 95,5% do Certificado de Depósito Interbancário- CDI, com liquidez imediata, cujos valores se aproximam dos valores de mercado, e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

7 Recursos de subvenções

Descrição	2020	2019
Bancos conta movimento – Subvenções	7.036	671
Aplicações financeiras – Subvenções	6.352.531	5.474.834
	6.359.567	5.475.505

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares. Recurso recebido do Ministério Público do trabalho direcionado para ampliação da estrutura física visando a aumento das quantidades de leitos (remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 92% a 95,5% do CDI).

Em 2020, foi recebido o montante de R\$ 25.092.487 (R\$ 19.846.626 em 2019) e gasto o montante de R\$ 24.446.839 (R\$ 16.135.058 em 2019) para custeio e aquisição de ativo. Os valores recebidos e ou empregados nos convênios, são registrados da seguinte forma:

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

a) Recebimento de recursos:

Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e o crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.

b) Consumo convênios:

Quando se referem a ativo depreciable, deve atender o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamental, e segundo a referida norma deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito na receita em contrapartida da despesa de depreciação reconhecida no resultado.

De acordo com os contratos de convênio, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

8 Contas a receber

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contas a receber						
Convênios (i)	4.458.221	-	4.458.221	7.063.519	-	7.063.519
Sistema Único de Saúde – SUS (i)	8.722.128	-	8.722.128	4.879.120	-	4.879.120
Prefeitura Municipal de Araraquara (ii)	1.338.020	7.640.746	8.978.766	7.467.580	8.162.355	15.629.935
Pacientes particulares (i)	20.703	-	20.703	23.709	-	23.709
	14.539.072	7.640.746	22.179.818	19.433.928	8.162.355	27.596.283
Provisão para perdas esperadas						
(-) PECLD (iii)	(1.873.495)	-	(1.873.495)	(1.490.523)	-	(1.490.523)
	(1.873.495)	-	(1.873.495)	(1.490.523)	-	(1.490.523)
	12.665.577	7.640.746	20.306.323	17.943.405	8.162.355	26.105.760

(i) Trata-se de direitos a receber pela prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Incentivo a Contratualização Hospital Ensino e Hospital Filantrópico, INTEGRASUS, Leitos de Retaguarda e do programa RUE - Rede de Urgência e Emergência, Convênios não SUS e Particulares.

(ii) Os valores a receber da Prefeitura Municipal de Araraquara (PMA) referem-se a convênios e diferenciais de extra teto de atendimentos aprovados pela PMA. Em 11 de dezembro de 2018, a Entidade obteve a decisão emitida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Araraquara sobre a conversão em precatórios dos créditos discutidos judicialmente referente valores extra tetos SUS, mediante processo 0010196-88.2018.8.26.0037, no montante de R\$ 7.640.746, que se encontra registrado no contas a receber no ativo não circulante.

(iii) A provisão para perda com glosas de convênios é realizada com base em análises de perdas históricas, sendo adotado pela Entidade em 31 de dezembro de 2020 o critério de provisionar 100% dos valores vencidos e parte dos valores a vencer com base no % histórico de inadimplência. Essa estimativa é revisada pela Associação a cada data de demonstração financeira.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

8.1 Contas a receber de clientes por idade de vencimento

Descrição	2020	2019
A vencer	5.219.030	10.274.075
Vencidas		
Até 30 dias	323.476	2.183.042
De 31 a 60 dias	1.155.484	666.872
De 61 a 90 dias	659.874	768.166
De 91 a 180 dias	1.009.708	2.260.029
Acima de 180 dias	13.812.246	11.444.099
	16.960.788	17.322.208
	22.179.818	27.596.283

9 Estoques

Descrição	2020	2019
Material hospitalar	1.072.481	494.751
Drogas e medicamentos	1.385.698	786.057
Material de expediente	30.542	41.617
Materiais diversos	134.826	119.055
	2.623.547	1.441.480

10 Imobilizado

a) Composição do saldo

	2020		2019	
Descrição	Custo de aquisição + custo atribuído	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	36.195.684	-	36.195.684	36.195.684
Edificações	28.312.483	(8.139.577)	20.172.906	21.237.387
Instalações	1.849.815	(423.780)	1.426.035	1.562.614
Equipamentos de informática	881.994	(541.088)	340.906	420.846
Mobiliário	3.485.660	(1.645.993)	1.839.667	2.023.589
Veículos	222.342	(222.342)	-	-
Máquinas, equipamentos e instrumentais	8.289.753	(2.850.561)	5.439.192	4.025.279
Bens de pequeno valor	966.628	(393.513)	573.115	641.101
Imobilizações em curso	3.671.411	-	3.671.411	2.478.862
	83.875.770	(14.216.854)	69.658.916	68.585.362

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

b) Movimentação do custo de aquisição

Descrição	1º/1/2019	Aquisições	Baixas	31/12/2019	Aquisições	Baixas	31/12/2020
Terrenos	36.195.684	-	-	36.195.684	-	-	36.195.684
Edificações	28.037.485	274.998	-	28.312.483	-	-	28.312.483
Instalações	1.849.166	649	-	1.849.815	-	-	1.849.815
Equipamentos de informática	877.520	16.606	(18.586)	875.540	9.220	(2.766)	881.994
Mobiliário	3.317.688	37.770	(21.640)	3.333.818	151.842	-	3.485.660
Veículos	222.342	-	-	222.342	-	-	222.342
Máquinas, equipamentos e instrumentais	6.794.340	78.620	(55.051)	6.817.909	1.471.844	-	8.289.753
Bens de pequeno valor	914.397	19.285	(4.154)	929.528	37.102	(2)	966.628
Imobilizações em curso	-	2.478.862	-	2.478.862	1.192.549	-	3.671.411
	78.208.622	2.906.790	(99.431)	81.015.981	2.862.557	(2.768)	83.875.770

c) Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2019	Adições	Baixas	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Edificações	(6.486.900)	(588.196)	-	(7.075.096)	(1.064.481)	-	(8.139.577)
Instalações	(150.624)	(136.577)	-	(287.201)	(136.579)	-	(423.780)
Equipamentos de informática	(375.682)	(91.098)	12.086	(454.694)	(91.978)	5.584	(541.088)
Mobiliário	(1.021.902)	(296.893)	8.566	(1.310.229)	(335.764)	-	(1.645.993)
Veículos	(222.342)	-	-	(222.342)	-	-	(222.342)
Máquinas, equipamentos e instrumentais	(2.362.965)	(449.407)	19.742	(2.792.630)	(57.931)	-	(2.850.561)
Bens de pequeno valor	(197.070)	(92.918)	1.561	(288.427)	(105.087)	1	(393.513)
	(10.817.485)	(1.655.089)	41.955	(12.430.619)	(1.791.820)	5.585	(14.216.854)

A Entidade avalia a cada exercício ou a qualquer momento que possa existir evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente. Em 2020 a Entidade não identificou nenhuma evidência de perda no valor recuperável.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

11 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Vencimento final	Taxa de juros	2020				2019			
			Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
BNDES	2020	variável - TJLP	-	-	-	-	-	-	-	228.070
Santander	2029	De 0,84% a 0,95% a.m.	2.350.137	26.350.675	28.700.812	4.251.089	21.753.911	26.005.000		
			2.350.137	26.350.675	28.700.812	4.479.159	21.753.911	26.233.070		

Recursos captados junto a instituições financeiras, com garantias de cessão de créditos que a Entidade detém com o Ministério da Saúde (contrato SUS), destinados a capital de giro e alongamento de dívidas da Entidade, atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

A movimentação dos saldos para os exercícios de 2020 e de 2019 está assim representada:

	2020	2019
Saldo inicial	26.233.070	12.844.411
Captações	4.000.000	33.632.506
Juros passivos e outros encargos	3.129.467	5.431.196
Pagamento de financiamentos (juros)	(2.977.380)	(20.319.065)
Pagamento de financiamentos (principal)	(1.684.345)	(5.355.978)
Saldo final	28.700.812	26.233.070

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

12 Fornecedores e prestadores de serviço

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não	Total	Circulante	Não	Total
		Circulante			Circulante	
Fornecedores de bens e serviços	8.440.987	134.345	8.575.332	7.962.530	1.139.785	9.102.315
Honorários e serviços médicos a pagar	4.921.483	777.841	5.699.324	5.970.996	98.377	6.069.373
	13.362.470	912.186	14.274.656	13.933.526	1.238.162	15.171.688

A Entidade tem realizado acordos com o objetivo de quitar dívidas com alguns fornecedores, onde foram obtidos descontos. O saldo do passivo não circulante refere-se aos acordos firmados entre a Entidade e os seus fornecedores.

13 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Férias e encargos sociais	3.223.400	2.907.772
Salários a pagar	1.704.888	1.457.983
FGTS a recolher	257.172	231.995
Outras obrigações com pessoal	62.733	74.993
	5.248.193	4.672.743

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

14 Obrigações tributárias

a) Composição do saldo

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Correntes						
PIS/COFINS/CSLL Retido de Prestadores de serviços	256.544	-	256.544	267.481	-	267.481
INSS Retido - Funcionários	211.305	-	211.305	159.265	-	159.265
INSS Retido - Prestadores de serviços	21.287	-	21.287	9.912	-	9.912
IRRF de Funcionários	171.024	-	171.024	136.874	-	136.874
IRRF de Prestadores de serviços	68.847	-	68.847	30.301	-	30.301
ISS a recolher	29.733	-	29.733	18.680	-	18.680
	758.740	-	758.740	622.513	-	622.513
Parcelamentos						
FGTS -Time mania (i)	157.451	931.583	1.089.034	103.672	1.144.017	1.247.689
Parcelamento Simplificado – PEPAR (ii)	82.212	178.126	260.338	76.228	241.388	317.616
Parcelamento ICMS ALIM 4.122.755-4	9.430	36.150	45.580	-	-	-
	249.093	1.145.859	1.394.952	179.900	1.385.405	1.565.305
	1.007.833	1.145.859	2.153.692	802.413	1.385.405	2.187.818

(i) Os valores de FGTS se referem a parcelamento efetuado junto à Caixa Econômica Federal, com vigência pelo período de 9 de dezembro de 2007 a 9 de novembro de 2027 correspondente a 240 parcelas mensais.

(ii) Os valores incluídos no Parcelamento Prev. Simplificado referem-se a DEBCAD nº 37.354.475-8, 37.479.138-4 não incluídos no Programa PROSUS em 4 de julho de 2014, instituído pela Lei n. 12.873 de 24 de outubro de 2013. No dia 27 de março de 2019, a Entidade assumiu junto a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da União o Parcelamento do Débito no valor total de R\$ 381.140 dividido em 60 parcelas.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

15 Subvenções a realizar

a) Composição do saldo

Descrição	2020	2019
Subvenções a realizar - Estadual	76.349	1.028.076
Subvenções a realizar - Federal	6.458.216	4.860.841
	6.534.565	5.888.917

b) Movimentação das subvenções estaduais

	Convênio 622/2016 Pró Santa Casa II	Convênio 630/2016 Santa Casa Sustentáveis	Convênios 324/2017 381/2018 313/2019	Convênio 313/2020 Pró Santa Casa II	Convênio 311/2020 Santa Casa Sustentáveis	Convênio 543/2020	Total
Convênios estaduais	(i)	(ii)		(iii)	(iv)	(v)	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	123.089	824.730	15.328	-	-	-	963.147
Adições	1.436.400	12.084.228	300.000	-	-	-	13.820.628
Rendimento de aplicações financeiras	1.479	2.558	4.484	-	-	-	8.521
Utilização	(1.542.512)	(11.901.896)	(304.299)	-	-	-	(13.748.707)
Devolução de recursos	-	-	(15.513)	-	-	-	(15.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.456	1.009.620	-	-	-	-	1.028.076
Adições	-	-	-	1.386.000	11.660.220	600.000	13.646.220
Rendimento de aplicações financeiras	1	-	-	275	637	473	1.386
Utilização	(18.344)	(1.006.690)	-	(1.319.211)	(11.653.218)	(600.473)	(14.597.936)
Devolução de recursos	(1.397)	-	-	-	-	-	(1.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.284)	2.930	-	67.064	7.639	-	76.349

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

- (i) Subvenção econômica estadual à saúde, realizado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, assinado em 15 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 de dezembro de 2016, tem por objeto promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para subsidiar despesas com Custeio (aquisição de material de consumo e prestação de serviço), firmado em 36 meses a partir de 01 de janeiro de 2017, estando ainda em execução, com parcelas mensais fixas de R\$ 119.700.
- (ii) Subvenção econômica estadual à saúde, conforme Termo de Convênio nº 630/2016, assinado em 19 de dezembro de 2016, realizado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 de dezembro de 2016, tem por objeto a contribuição para o desenvolvimento de uma Rede Hospitalar de referência na Região de Araraquara, capaz de prestar serviços de saúde de qualidade e resolutivos, de média e de alta complexidade, que atendam às necessidades e demandas da população, em especial aquelas encaminhadas pelo setor de regulação do acesso e integrar-se à rede de atenção à saúde do Estado, mediante a transferência de recursos financeiros destinados às despesas de Custeio de Hospital Sustentável Estruturante (material de consumo e prestação de serviços), firmado em 36 meses a partir de 01 de janeiro de 2017, estando ainda em execução, com parcelas mensais fixas de R\$ 1.007.019.
- (iii) Subvenção econômica estadual à saúde, conforme Termo de Convênio nº 313/2020, assinado em 31 de janeiro de 2020, realizado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 06 de fevereiro de 2020, tem por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio – material de consumo e prestação de serviços, firmado em 48 meses, com parcelas mensais fixas de R\$ 126.000.
- (iv) Subvenção econômica estadual à saúde, conforme Termo de Convênio nº 311/2020, assinado em 31 de janeiro de 2020, realizado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 08 de fevereiro de 2020, tem por objeto a contribuição para o desenvolvimento de uma rede hospitalar de referência na região, capaz de prestar serviços de saúde de qualidade e resolutivos, de média e de alta complexidade, que atendam às necessidades e demandas da população, em especial aquelas encaminhadas pelo setor de regulação do acesso e integrar-se à rede de atenção à saúde do Estado, mediante a transferência de recursos financeiros destinados às despesas de custeio - aquisição de materiais de consumo em geral e prestação de serviços, firmado em 48 meses, com parcelas mensais fixas de R\$ 1.007.019.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

(v) Emenda parlamentar estadual destinada à saúde, conforme Termo de Convênio nº 543/2020, assinado em 21 de fevereiro de 2020, realizado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 19 de junho de 2020, tem por objeto, promover, mediante conjugação de esforços dos convenientes, o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para subsidiar despesas com custeio - aquisição de materiais de consumo, firmado em 10 meses, em parcela única de R\$ 600.000.

c) Movimentação das subvenções federais

	Convênios Diversos (i)	Ministério Público do Trabalho (ii)	Emendas Parlamentares Federais (iii)	Portaria Projeto Telemedicina (iv)	Total
Convênios federais					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	-	953.858	35.727	989.585
Adições	1.582.774	4.320.256	1.409.517	-	7.312.547
Rendimento de aplicações financeiras	5.609	132.262	10.205	1.681	149.757
Utilização	(1.386.456)	(32.277)	(1.962.373)	(11.992)	(3.393.098)
Tarifas bancárias	-	-	(1.690)	-	(1.690)
Valor suprimido após cotação	(196.260)	-	-	-	(196.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.667	4.420.241	409.517	25.416	4.860.841
Adições	2.669.190	2.652.677	780.000	-	6.101.867
Rendimento de aplicações financeiras	863	-	745	644	2.252
Utilização	(1.403.266)	(2.506.670)	(596.686)	(122)	(4.506.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.272.454	4.566.248	593.576	25.938	6.458.216

(i) Saldo composto pelos seguintes convênios destinados para aquisição de equipamentos:

- Convênio 848629/2017 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Flavinho, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 8 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2017, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos no valor total pactuado de R\$ 600.000;
- Convênio 848632/2017 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Vanderlei Macris, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 8 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2017, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos no valor total pactuado de R\$ 200.000;

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

-
- Convênio 852458/2017 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Paulo Maluf, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 8 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2017, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos no valor total pactuado de R\$ 200.000;
 - Convênio 850521/2017 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Marta Suplicy, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 8 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2017, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 102.000;
 - Convênio 850719/2017 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Andres Sanchez, conforme Termo de Convênio nº 850719/2017, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 11 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2017, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Investimento - Aquisição de equipamentos, com vigência até 14 de julho de 2020, no valor total pactuado de R\$ 500.0000;
 - Convênio 852083/2017 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Celso Russomano, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 8 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2017, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos no valor total pactuado de R\$ 250.000;
 - Convênio 852096/2017 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Flavinho, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 8 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2017, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 150.000;

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

- Convênio 852097/2017 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Major Olímpio, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 8 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2017, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 100.000;
- Convênio 858391/2017 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Roberto Alves, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 18 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 8 de janeiro de 2018, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 250.000;
- Convênio 870029/2018 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Paulo Maluf, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 04 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2018, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 200.000;
- Convênio 870033/2018 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Lobbe Neto, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 15 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 24 de agosto de 2018, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 250.000;
- Convênio 870035/2018 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Vanderlei Macris, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 04 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2018, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 200.000;

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

- Convênio 870041/2018 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Andrés Sanchez, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 04 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2018, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 500.000;
 - Convênio 875922/2018 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Flavinho, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 25 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 09 de outubro de 2018, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 300.000;
 - Convênio 883481/2019 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Baleia Rossi, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 23 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial da União em 27 de agosto de 2019, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 200.000; e
 - Convênio 883490/2019 - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Vanderlei Macris, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 23 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial da União em 27 de agosto de 2019, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, no valor total pactuado de R\$ 250.000.
- (ii) Compõe a movimentação desses recursos os termos detalhados a seguir:
- Recurso destinado através de Acordo Trabalhista entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Grupo Odebrecht, conforme Termo de Audiência realizado em 10 de junho de 2019, no Fórum Trabalhista de Araraquara, celebrado no processo de nº 00010230-31.2014.5.15.0079, totalizando R\$ 8.500.000 repassados em três parcelas sendo que a primeira, no montante de R\$ 4.320.273 foi repassada em 2019, a segunda parcela, no valor de R\$ 2.500.000, no exercício 2020 e R\$ 1.679.727 em 2021;

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

-
- Recurso destinado através de execução de Ação Trabalhista entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Usina Maringá Indústria e Comércio Ltda, conforme despacho exarado pela Juíza do Trabalho Camila Trindade Valio Machado, em 03 de abril de 2020, da 1ª Vara do Trabalho de Araraquara, celebrado no processo de nº 0010118-87.2014.5.15.0006, totalizando R\$ 177.519,85, visando o fortalecimento das ações de combate e enfrentamento ao coronavírus;
 - Recurso destinado através de execução de Ação Trabalhista entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Hyundai Rotem Brasil Indústria e Comércio de Trens Ltda, conforme despacho exarado pelo Procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes, em 1º de abril de 2020, da Procuradoria do Trabalho no Município de Araraquara, celebrado na ação civil pública relativa ao processo de nº 0010187-67.2017.5.15.0151, totalizando R\$ 133.764 visando o fortalecimento das ações de combate e enfrentamento ao coronavírus;
 - Auxílio Emergencial - Recurso destinado através da Lei 13.995, de 05 de maio de 2020, regulamentado pelas Portarias nº 1.393, de 21 de maio de 2020 e nº 1.448, de 29 de maio de 2020, que dispõem sobre a transferência, em duas parcelas totalizando R\$ 3.520.995, do auxílio financeiro emergencial às santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, destinado para aplicação em custeio, investimento e contratação de pessoal, no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a pandemia do novo coronavírus;
 - Portaria nº 1.424, de 27 de maio de 2020 – habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II – Covid 19, estabelecendo recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus – para habilitação de leitos, em caráter excepcional pelo prazo de 90 dias, totalizando R\$ 1.440.000;
 - Portaria nº 2.276, de 27 de agosto de 2020 – prorrogação da habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI Adulto Tipo II – Covid-19, estabelecendo recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus, em caráter excepcional, pelo prazo de 30 dias, importando no montante de R\$ 480.000;
 - Portaria nº 2.727, de 07 de outubro de 2020 – prorrogação da habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI Adulto Tipo II – Covid-19, estabelecendo recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus, em caráter excepcional, pelo prazo de 30 dias, importando no montante de R\$ 480.000;

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

-
- Portaria nº 3.060, de 11 de novembro de 2020 – prorrogação da habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI Adulto Tipo II – Covid-19, estabelecendo recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus, em caráter excepcional, pelo prazo de 30 dias, importando no montante de R\$ 480.000;
 - Portaria nº 2.624, de 28 de setembro de 2020 – institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência, no contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente da pandemia, mediante transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 300.000.

(iii) Compõe a movimentação desses recursos os termos detalhados a seguir:

- Portaria 600/2020 Emenda Parlamentar Federal - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Baleia Rossi, realizado com o Ministério da Saúde, de 27 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União, em 30 de março de 2020, tem por objeto o incremento temporário do limite financeiro da assistência de média e alta complexidade - MAC, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio, com parcela única de R\$ 300.000;
- Portaria 728/2020 Emenda Parlamentar Federal - Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Vanderlei Macris e Policial Kátia Sastre, realizado com o Ministério da Saúde, 6 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União, em 9 de abril de 2020, tem por objeto o incremento temporário do limite financeiro da assistência de média e alta complexidade - MAC, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, com parcela única de R\$ 200.000.

(iv) Edital de Chamada Pública nº 07/2018, relativo à transferência dos recursos do Concurso de Prognósticos Timemania, destinados pela Lei nº 11.345/2006, conforme Portaria nº 3487, de 26 de outubro de 2018, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas para manutenção da Rede de Telemedicina em Educação Continuada na Área da Saúde, publicada em 30 de outubro de 2018.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

16 Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Departamento de água e esgotos	1.451.744	1.451.721
Companhia Paulista de Força e Luz	259.560	323.578
Adiantamento de clientes	626.168	543.159
Portaria 662 de 2020	568.720	-
Acordos a pagar	529.336	188.934
Vale alimentação a pagar	159.290	128.460
Convênios a pagar	109.562	116.695
Outros	127.597	67.615
	3.831.977	2.820.162

17 Provisão para contingências

a) Composição do saldo

A Entidade, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos e a análise das demandas judiciais pendentes. Os valores provisionados, considerados suficientes pela Administração para a cobertura de prováveis perdas nos processos em andamento, estão apresentados a seguir:

Descrição	2020	2019
Trabalhistas	1.260.522	1.135.076
Cíveis	2.222.358	2.222.358
	3.482.880	3.357.434

Essas ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais no montante de R\$ 716.782 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 607.427 em 2019).

b) Movimentação

Descrição	Trabalhistas	Cíveis / Tributária	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2019	1.330.454	4.455.600	5.786.054
Adições	139.101	226.720	365.821
Pagamentos	(334.479)	(2.459.962)	(2.794.441)
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	1.135.076	2.222.358	3.357.434
Adições	125.446	-	125.446
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	1.260.522	2.222.358	3.482.880

18 Passivos contingentes

Estão sendo discutidas outras ações de natureza cível, trabalhista e tributária cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível, mas não provável, conforme demonstrado abaixo:

Classificação	Quantidade	Valores
Cível	40	11.782.854
Tributário	12	1.073.197
Trabalhista	3	77.802
	30	1.945.550

Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

19 Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

É composto pelas dotações iniciais, valores de superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios e por doações recebidas de terceiros, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados. O déficit do exercício de 2020, no valor de R\$ 7.156.641, será incorporado ao Patrimônio Social quando da aprovação do Balanço.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Referente a adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), cuja realização se dá mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária

c) Déficit acumulado

Representa o Déficit do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

20 Pessoal e encargos

Descrição	2020	2019
Salários e ordenados	(23.656.007)	(21.353.761)
Férias, 13º salário e rescisão trabalhista	(5.106.610)	(5.139.684)
Encargos sociais	(2.472.764)	(2.155.670)
Benefícios a funcionários	(3.157.191)	(3.120.970)
	<u>(34.392.572)</u>	<u>(31.770.085)</u>

21 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

Descrição	2020	2019
Serviços contratados de terceiros	(4.725.044)	(4.868.270)
Utilidades	(3.687.394)	(3.266.999)
Outras despesas e receitas	(119.498)	277.691
	<u>(8.531.936)</u>	<u>(7.857.578)</u>

22 Resultado financeiro líquido

Descrição	2020	2019
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	523.842	1.897.213
Rendimentos e variações sobre contas a receber	52.066	1.316.246
Outras receitas financeiras	104.799	-
	<u>680.707</u>	<u>3.213.459</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimo de capital de giro e arrendamento	(3.208.171)	(5.512.983)
Juros e multas sobre atraso	(91.853)	(28.270)
Descontos concedidos	-	(24.648)
Despesas bancárias	(58.200)	(255.607)
Outras despesas	(183.338)	(22.043)
	<u>(3.541.562)</u>	<u>(5.843.551)</u>
	<u>(2.860.855)</u>	<u>(2.630.092)</u>

23 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

24 Imunidade das contribuições usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está apresentada a seguir:

Descrição	2020	2019
Cota patronal de INSS, Seguro de Acidente do Trabalho - SAT e serviço de 3º	7.917.258	7.272.532
COFINS sobre o faturamento	1.831.566	1.976.086
	<u>9.748.824</u>	<u>9.248.618</u>

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

25 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e o Parecer Técnico nº 350/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.120012/2020-32, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art.1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, CNPJ nº 43.964.931/0001-12, com sede em Araraquara (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 23 de novembro de 2020 a 22 de novembro de 2023.

26 Atendimento ao sistema único de saúde – SUS

Como observância ao limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, inciso II, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e regulamentações posteriores, para fins de manutenção do Certificado de Entidade Filantrópica, a Entidade demonstra o efetivo atendimento a usuários do SUS, acima de 60%. Os atendimentos e procedimentos ambulatoriais podem ser incorporados a prestação de serviços ao SUS no percentual máximo de 10%, conforme demonstrativo abaixo:

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

	2020		2019	
	Quant.	%	Quant.	%
Atendimentos Ambulatoriais				
Sistema Único de Saúde- SUS	182.190	94	262.089	86
Convênios/Particulares - não SUS	12.066	6	43.410	14
	194.256	100	305.499	100
Internações (pacientes/dia)				
Sistema Único de Saúde- SUS	40.690	91	41.050	87
Convênios/Particulares - não SUS	4.125	9	5.913	13
Total	44.815	100	46.963	100

27 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, fornecedores e prestadores de serviços, empréstimos e financiamentos, e outras obrigações. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

28 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

29 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar seguros de prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30 Aspectos relacionados ao COVID 19

Diante do surto universal da doença COVID-19 (Coronavírus) que foi classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, estão sendo realizadas ações governamentais para conter a disseminação da doença no Brasil, que trouxeram impactos relevantes nas atividades operacionais da Entidade e no resultado do exercício de 2020 conforme detalhamento a seguir:

- Baixo desempenho da demanda de prestação de serviços na área de saúde suplementar/convênios;
- Perdas de receitas de prestação de serviços de saúde, como por exemplo, suspensão de cirurgias eletivas, atendimentos ambulatoriais e exames para diagnósticos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2020	2019	Variação
Receitas de Convênios e Particulares	8.976.998	17.853.082	-50%
Receitas Convênio SUS	30.655.718	32.837.075	-7%

- Aumento significativo nos preços dos insumos em geral (materiais e medicamentos), como também nos gastos com folha de pagamento (pessoal) devido a alta demanda de atendimento, afastamento de funcionários no grupo de risco e contratação de pessoal para suprir a criação dos novos leitos de enfermaria e UTI:

Descrição	2020	2019	Variação
Custos com medicamentos e materiais	19.934.639	17.918.600	11%
Despesas com pessoal e encargos	34.392.572	31.770.085	8%

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

- A Entidade recebeu os seguintes recursos destinados para combate a pandemia:

Auxílio Financeiro Emergencial do Ministério da Saúde, recurso destinado através da Lei 13.995, de 5 de maio de 2020, regulamentado pelas Portarias nº 1.393, de 21 de maio de 2020 e nº 1.448, de 29 de maio de 2020, que dispõem sobre a transferência, em duas parcelas, do recurso financeiro totalizando R\$ 3.520.994,96, para custeio, investimento e contratação de pessoal específicos para o enfrentamento à emergência em saúde pública de importância internacional.

(i) Habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva-UTI Adulto Tipo II – Covid-19, estabelecido conforme disposto na Portaria nº 1.424, de 27 de maio de 2020, em caráter excepcional e temporário, e suas posteriores prorrogações, conforme Portarias nº 2.276, nº 2.727 e nº 3.060 totalizando R\$ 2.880.000, recursos destinados especificamente para ações de combate e enfrentamento à emergência em saúde pública em decorrência do surto de infecção humana causado pelo novo coronavírus.

(ii) Campanha de Aquisição de Equipamentos para implantação de 10 novos leitos de UTI Adulto, destinado ao atendimento exclusivo COVID, voltados aos pacientes do Sistema Único de Saúde, junto à sociedade civil e empresários, arrecadando R\$ 1.938.683;

(iii) Campanha de Aquisição de Insumos, Materiais de Consumo, Equipamentos de Segurança do Trabalho e Assistência Técnica em ventiladores pulmonares, em parceria com empresas, tais como: Sucocítrico Cutrale R\$ 300.000; Fundecitrus R\$ 27.332 e Rotary Club R\$ 31.850;

(iv) Recebimento de 4 Ventiladores Pulmonares doados pelo Governo do Estado de São Paulo para auxílio no combate ao COVID-19 no valor total de R\$ 841.600;

(v) Doação Pessoa Física, no montante de R\$ 300.000 para melhorias no serviço de Oncologia.

(vi) Captação de recursos do Ministério Público do Trabalho:

- R\$ 133.743 - Processo 0010187-67.2017.5.15.0151 - TRT 15ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Araraquara.

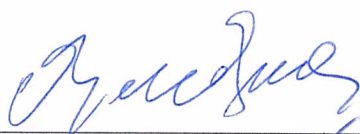
- R\$ 177.520 - Processo 0012168-81.2017.5.15.0006 - TRT 15ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Araraquara.

(vii) Elaboração de Projeto de aporte de recursos complementares, referente ao Custeio às Instituições Filantrópicas das Atividades Meio, resultando no recebimento de R\$2.808.494.

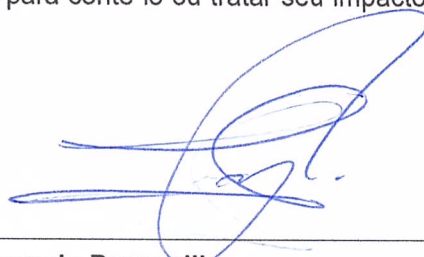
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

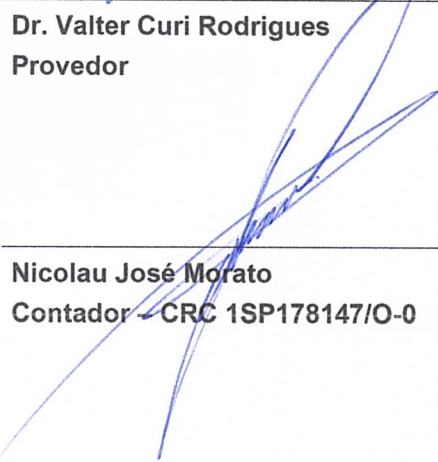
A extensão em que a COVID19 afetará os resultados do exercício de 2021 dependerá do contínuo desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre as mutações do vírus e as ações para contê-lo ou tratar seu impacto, entre outras.



Dr. Valter Curi Rodrigues
Provedor



Fernando Paganelli
Diretor Tesoureiro



Nicolau José Morato
Contador – CRC 1SP178147/O-0



PARECER

Os membros do Conselho Fiscal da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**, abaixo firmados, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e em consonância com o Relatório dos Auditores Independentes, julgaram adequadas as referidas demonstrações apresentadas, com parecer favorável para sua aprovação.

Araraquara/SP, 28 de abril de 2021.

José Antônio Martini
Conselho Fiscal

Alessandro Oliveira Gadelha
Conselho Fiscal

Luis Roberto de Toledo Ramalho
Conselho Fiscal

Guilherme Focchi Haddad
Conselho Fiscal